



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL  
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA  
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS  
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

**GASPAR CAPAÇA ANDRÉ**

**O IMPACTO SOCIAL DA COOPERAÇÃO SUL -SUL  
ENTRE A CHINA E ANGOLA (2014-2022)**

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2023**

**GASPAR CAPAÇA ANDRÉ**

**O IMPACTO SOCIAL DA COOPERAÇÃO SUL -SUL  
ENTRE A CHINA E ANGOLA (2014-2022)**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharelado em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) - Campus dos Malês.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivette Tatiana Castilla Carrascal.

**SÃO FRANCISCO DO CONDE**

**2023**

**GASPAR CAPAÇA ANDRÉ**

**O IMPACTO SOCIAL DA COOPERAÇÃO SUL -SUL  
ENTRE A CHINA E ANGOLA (2014-2022)**

Projeto de pesquisa apresentado como requisito para obtenção do título de Bacharelado em Humanidades, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) - Campus dos Malês.

Data de aprovação: 11/12/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Ivette Tatiana Castilla Carrascal (Orientadora)**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

**Prof. Dr. Magno Klein Silva**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

**Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Juliana Dourado Bueno**

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>5</b>
<b>2</b>	<b>PERGUNTA DE PESQUISA</b>	<b>6</b>
<b>3</b>	<b>HIPÓTESE</b>	<b>7</b>
<b>4</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>7</b>
4.1	GERAL	7
4.2	ESPECÍFICOS	7
<b>5</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>7</b>
<b>6</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b>	<b>10</b>
6.1	UMA BREVE ABORDAGEM PANORÂMICA SOBRE CSS: CONTEXTOS HISTÓRICOS, VISÃO E PERSPECTIVAS	10
6.2	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	17
6.3	IMPACTO SOCIAL	19
<b>7</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>22</b>
7.1	ABORDAGEM QUALITATIVA	22
7.2	ESTUDO DE CASO NA INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS	23
<b>8</b>	<b>CRONOGRAMA</b>	<b>24</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>25</b>

## 1 INTRODUÇÃO

As relações entre China e Angola, são relações diplomáticas que visam na defesa e no fortalecimento de seus interesses, a fim de satisfazer suas necessidades e cumprir seus objetivos. Estas relações datam desde a pré-independência de Angola e continua até nos dias de hoje. Uma relação retomada em 1983, em que a China e Angola estabeleceram relações diplomáticas, abrindo um novo capítulo na história da amizade tradicional entre os dois países (Pautasso, 2010; Do Carmo, 2013;).

Durante esse período tem se desenvolvido e consolidado uma cooperação pragmática China-Angola, formando assim uma convergência de interesses. As relações oficiais entre China e Angola são de origem recente. Durante a luta anticolonial, no entanto, se recusou a reconhecer o governo da MPLA e continuou apoiando a UNITA depois da proclamação de independência em 1975. Já no campo econômico, o primeiro acordo comercial foi assinado em 1984 e uma Comissão Mista Econômica e Comercial (CMEC) foi criada em 1988, embora sua primeira reunião tenha ocorrido somente em dezembro de 1990. Durante os anos de 1990, as relações sino-angolanas sofreram uma gradativa melhora, principalmente devido à cooperação na área de defesa (Campos; Vines, 2008; Pautasso, 2010).

De acordo com Montenegro e Cumurú (2021), a China no ano de 1993 acabou por perder a sua autossuficiência em petróleo, desencadeando um consumo ultrapassado diante a recursos limitados, tentando satisfazer necessidades ilimitadas, tornando-se assim um importador líquido da *commodity*. O crescimento e a conseqüente necessidade de recursos levaram a China, no início deste século, a expandir seus investimentos e se instalar além de suas fronteiras, a fim de garantir o fornecimento de recursos naturais e matérias-primas essenciais para sua operação, com o objetivo de manter o ritmo acelerado do crescimento econômico, internacionalizando assim sua economia a fim de proporcionar sustentabilidade e crescimento econômico (Do Carmo, 2013).

No entanto, em 2000, é criado o Fórum de Cooperação China-África (FOCAC), institucionalizando os interesses de cooperar da China e de 50 países africanos. O governo chinês para alavancar suas economias optou em promover trocas de recursos naturais, em especial o petróleo, por investimentos em infraestruturas nos países com os quais possui uma relação, usando a internacionalização do petróleo como um mecanismo de atuação estratégica (Lopes; Nascimento; Vadell, 2013).

A África tornou-se um grande foco na política de "parceria estratégica" da China e, desde então, a diplomacia tem se esforçado para fortalecer seus laços com os países africanos

e construir não apenas acordos econômicos e comerciais, mas também cooperação técnica, política e militar. Dentro desse quadro, Angola se tornou o maior parceiro comercial da China na África, com o comércio bilateral atingindo a soma de US\$ 25,3 bilhões de dólares em 2008, antes da crise financeira internacional, e a China tornou-se o maior e principal parceiro comercial de Angola e o principal credor exterior do mesmo (Nzovo, 2011).

Nesse cenário, Angola se destaca como o principal parceiro estratégico entre os países africanos, uma vez que é também um dos destinos privilegiados do investimento direto da China, cuja presença neste país africano está focada na reconstrução da infraestrutura, amplamente devastada durante a guerra civil, que durou de 1975 a 2002 (Lino, 2023).

Para tanto, percebe-se que a República Popular da China, em particular, desempenhou um papel importante no apoio a esses esforços. Isto é: com a assistência técnica e financeira da China, durante a visita do primeiro-ministro chinês Wen Jiabao a Angola, em junho de 2006, o presidente angolano Eduardo dos Santos descreveu as relações bilaterais como uma parceria "mutuamente benéfica", "pragmática" que "não tem condições políticas" (Garrido, 2021). Dito isso, é possível afirmar que a relação Sino-angolana não são apenas de "troca de favores" entre as partes, mas que se baseia primeiramente, na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e, em segundo lugar, nas metas de política externa chinesa para com os países africanos.

Esta proposta de investigação está ancorada na perspectiva teórica-crítica de Cooperação Sul-Sul (CSS). Apontando para o impacto nas relações econômica e política entre os países do Sul Global para o desenvolvimento. Nas perspectivas teóricas de Leite (2011); Pautasso, (2009; 2010; 2016); Lopes; Nascimento; Vadell, (2013); entre outros autores. Ademais, os conceitos impacto social e desenvolvimento econômico formam categorias de análise desta proposta.

## **2 PERGUNTA DE PESQUISA**

- Este projeto de investigação pretende responder à seguinte questão:  
Como a cooperação sul-sul entre China e Angola impactou socialmente a sociedade angolana no período de 2014 a 2022?

### **3 HIPÓTESE**

- Quando observado a cooperação Sino-angolana, pode se afirmar que: há algumas transformações no que diz respeito à requalificação do país, isto é, através de infraestruturas. Ainda assim, trata-se de uma cooperação que beneficia muito mais a elite política do país do que a população no geral.

### **4 OBJETIVOS**

#### **4.1 GERAL**

- Investigar o impacto social da cooperação sul-sul entre a China e Angola no período de 2014 a 2022.

#### **4.2 ESPECÍFICOS**

- Identificar quais os projetos de cooperação sul-sul entre a China e Angola que tiveram como objetivo gerar um impacto social em Angola.
- Descrever o tipo de desenvolvimento econômico que é potencializado na cooperação-sino-angola.
- Explorar a bibliografia produzida sobre cooperação sul-sul a partir de uma perspectiva crítica.

### **5 JUSTIFICATIVA**

A bipolaridade na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) foi a única tendência predominante durante o período da Guerra Fria (GF). Isto é, a cooperação internacional tinha apenas duas perspectivas hegemônicas (EUA e URSS). Mas, com a virada do século, sobretudo ao longo do processo das independências dos países, o cenário político internacional vai conhecer outras formas de cooperar.

Neste sentido, esta proposta de pesquisa justifica-se na necessidade de investigar o impacto social da cooperação sul-sul entre a China e Angola no período de 2014 a 2022.

O recorte temporal além de proporcionar condições para recolha de dados da cooperação Sino-angolana, permite visualizar dois momentos distintos da realidade sociopolítica angolana. Em 2014 tem-se uma cooperação desenvolvida pelo presidente José Eduardo dos Santos em um período em que o país começa entrar na crise econômica e financeira, entretanto, observa-se até certo ponto, a circulação de bens e pessoas entre China e Angola. Ao passo que, em 2022 mesmo com a intensificação da cooperação entre ambos os países, parece não refletir a vida social da população. Visto que ademais, os pequenos empreendedores já não conseguem importar bens e serviços da China para Angola. Ademais, o interesse sobre essa temática parte do fato de eu ser angolano e passar a maior parte do tempo me questionando a respeito da presença chinesa no país. Tentando compreender o tipo de relação existente entre ambos, em diferentes áreas de atuação, inquestionavelmente, a China foi um dos principais protagonistas de algumas transformações sociais em Angola, sobretudo, na construção de infraestruturas de ponta.

Além de Luanda e sua modernização, a reconstrução de Angola consiste na recuperação de estradas e ferrovias que atravessam o país e suas fronteiras, não só prédios públicos, hospitais e escolas; e uma renovação das redes de telecomunicações nas principais cidades e no resto do país, bem como de alguns setores da economia, entre outros.

O autor Nzovo (2011), destaca alguns dos inúmeros projetos realizados após a presença chinesa no país, que são:

- Recuperação da ferrovia Lobito (Benguela)-Luau (Moxico), com mais de 1.300 km ligando a Costa Atlântica à fronteira com a Zâmbia e à República Democrática do Congo, ao custo de 1,8 bilhões de dólares e utilizando 3 mil trabalhadores angolanos e 1,5 mil chineses;
- Construção do novo aeroporto de Luanda, no valor de 450 milhões de dólares
- Reabilitação da ferrovia de Luanda, com 444 km, no valor de 90 milhões de dólares;
- Expansão da Rede elétrica de Luanda contratada junto à China National Machinery & Export Corporation, com a obrigatoriedade de subcontratação de 30% do valor do contrato para empresas angolanas;
- Reabilitação da ferrovia Namibe-Menongue, com mais de 900 km, no valor de 2 bilhões de dólares;
- Investimentos em transportes coletivos urbanos de cerca de 500 milhões de dólares para as províncias de Luanda, Benguela, Huambo, Uíge e Malange, com

a aquisição de 5.500 veículos – e a exigência do governo angolano de que parte dos veículos seja montada no país;

- Construção em 2006 do atual Hospital Geral de Luanda com custo total de 8 milhões de dólares, dos quais 6 milhões disponibilizados pela China e os outros 2 milhões financiados por Angola;
- Construção, aparelhamento e transferência de conhecimentos em 53 instituições de ensino tecnológico. Entre estes, destacam-se a construção de 13 institutos politécnicos de ensino médio em 2007 e mais 21 em 2009, cuja atuação técnico-profissional passa por ramos diversos, desde gestão agrícola até administração.
- Construção da maior centralidade, a cidade do Kilamba Kiaxi onde estão sendo erguidos 710 edifícios, para acolher mais de 100 mil pessoas, numa área de oito mil quilômetros quadrados. O seu projeto prevê também vários tipos de serviços e equipamentos públicos e privados.

Mesmo diante a este cenário, autores como Lino (2022), Corkin (2011) e Pautasso (2010), afirmam que a relação Sino-Angola tem dividido a opinião da população em geral, trazendo argumentos a favor e contra. De acordo com os autores Corkin, (2011) e Pautasso, (2010), alguns argumentos em oposição à projeção da China em Angola são os seguintes: a) a China usa a sua capacidade económica, expressa na procura do mercado interno, no dinamismo comercial e na capacidade financeira, como instrumento de política externa para ampliar e diversificar a inserção internacional do país e captar recursos; b) as relações sino-angolanas apresentam contradições e assimetrias, resultado dos respetivos interesses nacionais, cuja resistência angolana aos trabalhadores e à concorrência dos produtos chineses são os mais expressivos; c) as relações bilaterais apresentam também grandes oportunidades e desdobramentos para o sistema internacional; d) Angola tem a possibilidade de conseguir inserção internacional, escapando às imposições das grandes potências (EUA e antigas metrópoles) e dos organismos internacionais (como FMI).

A favor da configuração das relações Angola-China encontram-se os seguintes argumentos: a) as relevantes consequências para o sistema internacional, nomeadamente, o deslocamento progressivo dos tradicionais parceiros africanos (e angolanos), como os EUA e as ex-metrópoles; b) a conformação de novos eixos na política internacional; c) uma crescente disputa entre EUA e os países emergentes por novos mercados (China e 35 Índia, especialmente); e, d) uma nova ordem mundial multipolar deslocada do Atlântico Norte. (Pautosso, 2009: 8).

De uma perspectiva angolana, a autora Lino (2022), em sua abordagem, aponta alguns descontentamentos por parte da população baseando-se na relação Sino-Angola. Segundo a autora (2022, p. 35)

No decorrer dessa relação e na reconstrução houve vários descontentamentos por parte da população angolana. Por exemplo em Angola nota-se satisfação de algumas pessoas quanto a presença dos chineses, nomeadamente pelas autoridades angolanas, enquanto também há um lado de angolanos que estão insatisfeitos com a presença dos mesmos com a justificação alegando que os seus empregos estão sendo substituídos pela mão-de-obra chinesa. Também os concursos públicos com a presença dos chineses passaram a levantar tantas interrogações.

Para tanto, este projeto de pesquisa pretende contribuir academicamente na reflexão sobre a cooperação Sul-Sul e seus impactos ou implicações sociais, a partir de uma perspectiva crítica. Outrossim, uma contribuição para a sociedade angolana, à medida que visa sistematizar os impactos sociais da cooperação Sino-Angolana, sejam eles positivos ou negativos na vida dos cidadãos angolanos.

## **6 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Nesta seção, a intenção é fazer uma breve abordagem em torno dos conceitos e categorias teóricas que irão sustentar esta proposta de investigação. Neste sentido, o debate gira, na primeira parte, em torno da concepção da CSS - apontando os contextos históricos e sua visão, bem como perspectivas de sua efetivação. Na segunda parte, sobre desenvolvimento econômico, aquele não somente atrelado ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), mas também a um conjunto de ações que impulsionam a redução da pobreza, o acesso à educação e saúde, igualdade de oportunidades e melhoria da qualidade de vida das pessoas. E, finalmente, algumas abordagens iniciais sobre impacto social.

### **6.1 UMA BREVE ABORDAGEM PANORÂMICA SOBRE CSS: CONTEXTOS HISTÓRICOS, VISÃO E PERSPECTIVAS**

Ao final da Segunda Guerra Mundial (SGM), precisamente no contexto da Guerra Fria (GF), observa-se novas configurações no cenário político internacional, permitindo assim o surgimento de novos blocos políticos e econômicos com características regionais. Neste sentido, pode-se destacar, além da Organização das Nações Unidas (ONU), por exemplo: de

um lado tem-se os Estados Unidos da América (EUA) com o Plano Marshall, visando apoiar os países europeus a recuperarem-se das consequências da SGM, conseqüentemente, impedindo que a União Soviética (US) estabeleça sua influência na Europa Ocidental. Por outro lado, os EUA respondem com o Conselho de Assistência Econômica Mútua (COMECON), contrapondo os EUA, pelo que o mundo passa a ser polarizado por dois principais blocos econômicos (Leite, 2011; Leite, 2012; Milani, 2012; Lino, 2022).

Para Leite (2012, p. 12-13),

No contexto da Guerra Fria e dos movimentos de descolonização, os países do chamado “Sul global” passaram a ser tratados, e também a se verem, como parte de um grupo específico, cujo objetivo comum seria a promoção do seu desenvolvimento e a defesa de sua soberania. Três marcos nesse sentido foram: (1) o discurso de posse de Truman em 1949, que, ao assumir para seu governo o papel de resolver os problemas das “áreas subdesenvolvidas”, conferiu, de forma inédita, unidade aos países que faziam parte delas; realização, em 1955, da Conferência Afro-Asiática, a primeira realizada sem a presença de representantes dos EUA, URSS e Europa;<sup>45</sup> e (3) a constituição do Movimento dos Não-Alinhados (MNA) na Conferência de Belgrado (1961), que marcou a convergência, entre os países do Sul, acerca da necessidade de defenderem sua autonomia – recém-conquistada no caso de muitos – diante de novas aventuras colonialistas da Guerra Fria.

Diante do exposto, fica nítido que o final da SGM não marca apenas o início de novas aspirações para os povos do Sul, mas também abre precedentes importantes para o processo de autodeterminação dos países do Sul na defesa da autonomia de seus destinos. Fator este que, nos anos seguintes, observa-se uma série de articulações com vista à autonomia dos seus destinos políticos e econômicos (Milani, 2012).

Na segunda metade do século XX, a queda do muro de Berlim e a descontinuidade da URSS marcam o fim da GF, abrindo precedentes para novas dinâmicas e arranjos de cooperação internacional. Para Krasner (1982), os regimes, enquanto forma que estabelecem princípios e procedimentos decisivos, os autores na arena internacional, ou seja, nas relações internacionais, tendem a buscar um ponto em comum que se traduz em convergência de interesses.

Krasner (1982), em sua abordagem diferenciada de base realista e estruturalista na cooperação internacional, tomando como ponto de partida as dinâmicas de regimes, torna-o específico no seu processo de análise das relações entre os países do Sul global. Sendo assim, seus estudos sobre regimes tornam-se um dos marcos importantes para os estudos que analisam as relações entre os países do Sul global (Leite, 2011).

Diante do surgimento de novas dinâmicas de cooperações internacionais, para este texto, importa destacar a CSS. Para tanto, é quase impossível falar da CSS sem que se fale da

Conferência de Bandung, visto que, para estudiosos como Piseta (2019), entre outros, apontam como sendo o marco indispensável para o estabelecimento da CSS.

Segundo Piseta (2019), a proposta política orientada pela perspectiva Sul – Sul tem suas premissas no decorrer da GF, um movimento pelo qual os países circunscritos como do Sul já não se identificavam com as lutas daqueles países do Norte (no caso, a relação bipolar entre a perspectiva capitalista e socialista). Daí que tiveram a necessidade de se unirem para então afirmar as suas aspirações de forma independente mediante a emancipação e pela dinamização de processos de desenvolvimento com vista a condizer com as realidades dos países do Sul (Leite, 2011; Leite, 2012; Lino, 2022).

Neste sentido, Piseta (2019) vai apontar que a constituição da CSS se fundamenta na “solidariedade entre os povos do Sul”. Tem-se aqui uma dimensão de cooperação que valoriza as experiências comuns compartilhadas entre os povos do Sul. Assim sendo, a Conferência de Bandung, realizada na Indonésia em 1955, na qual diversos países se reuniram para perspectivar outra forma ou modalidade de cooperar internacionalmente.

Na perspectiva de Leite (2011, p. 55-56),

O nascimento do conceito de cooperação Sul-Sul data de meados da década de 50. Esboça-se na maior aproximação dos países recém-independentes do entorno asiático, ilustrada pela mediação chinesa e sua articulação com a Índia na *Conferência de Genebra*, ao fim das guerras da Coréia e da Indochina entre abril e julho de 1954. Some-se a isso a visita do Primeiro-ministro da China Chou En Lai à Índia, com a consequente assinatura do acordo enunciando os cinco princípios de Coexistência Pacífica que deveriam orientar a resolução do contencioso sino-indiano no Tibete em abril daquele mesmo ano. Inclui, ainda, a *Conferência de Colombo*, que reuniu os cinco Primeiros-Ministros do Ceilão, Burma, Índia, Paquistão e Indonésia entre abril e maio de 1954 e a *Conferência Bogor*, que congregou os representantes daqueles mesmos países em dezembro de 1954. Tais eventos traduziam o reconhecimento de interesses e problemas comuns a esses países e a necessidade de concertação política entre eles para a sua resolução, num processo que culmina na *Conferência de Bandung*, em abril de 1955.

Para tal, Leite (2011) aponta a Conferência de Bandung como sendo marco no processo de despertar a consciência dos povos dominados. Isto é, uma plena consciência movida pela ideia de que as suas forças e outras formas de cooperação seriam possíveis para a realidade dos países que na época eram entendidos como sendo do “terceiro mundo”.

Dentro desse quadro, participaram 29 países dessa conferência, dos quais eram fundamentalmente do continente africano e asiático. Aproximadamente trinta movimentos lutavam pela libertação do jugo colonial do Ocidente. Desse encontro, firmaram-se 10 princípios conhecidos como os Princípios de Bandung, visando a promoção de atividades que buscam reduzir as desigualdades entre os países no sistema internacional (Piseta, 2019).

**Quadro 1** - Os dez princípios de Bandung

<b>01</b>	Respeito aos direitos humanos fundamentais e aos propósitos e princípios da Carta das Nações Unidas.
<b>02</b>	Respeito à soberania e à integridade territorial de todas as nações.
<b>03</b>	Reconhecimento da igualdade entre todas as raças e entre todas as nações, grandes e pequenas.
<b>04</b>	Não intervenção ou não interferência em assuntos internos de outros países.
<b>05</b>	Respeito aos direitos de cada nação à sua própria defesa, seja individual ou coletiva, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.
<b>06</b>	Abstenção do uso de pactos de defesa coletiva para beneficiar interesses específicos de quaisquer grandes potências e abstenção do exercício de pressões sobre os demais países.
<b>07</b>	Rechaço a ameaças e agressões, ou ao uso da força contra a integridade territorial ou a independência política de qualquer país.
<b>08</b>	Emprego de soluções pacíficas em todos os conflitos internacionais, em conformidade com a Carta das Nações Unidas.
<b>09</b>	Promoção dos interesses mútuos e da cooperação.
<b>10</b>	Respeito à justiça e às obrigações internacionais.

Fonte: adaptado de Piseta (2019).

Posto isso, torna-se possível conceituar a CSS. Para Leite (2012, p. 1),

O termo “cooperação Sul-Sul” (CSS) vem sendo usado, talvez com recorrência inédita, por governos, organizações internacionais e entidades da sociedade civil. Em geral ele é usado para se referir a um amplo conjunto de fenômenos relativos às relações entre países em desenvolvimento – formação de coalizões de geometrias múltiplas, barganha coletiva em negociações multilaterais, arranjos regionais de integração, assistência para o desenvolvimento, intercâmbio de políticas, fluxo de comércio e de investimentos privados etc. Já para especialistas a CSS diz respeito a uma modalidade da cooperação internacional para o desenvolvimento (CID).

A maneira como o termo vem sendo usado e a falta de consenso entre os autores na definição do conceito, Leite (2012) aponta que é possível captar algo que sobressaia entre os autores nas dinâmicas pelas quais os países em desenvolvimento se articulam. Entretanto, pelo menos em algum aspecto, consegue-se encontrar uma aproximação entre os autores, isto é, a

dita "lidariedade entre os países em via de desenvolvimento". Continuando, nas palavras de Leite (2012, p. 3),

A pouca preocupação em definir a CSS de forma precisa pode ser observada, por um lado, no lançamento de definições díspares por uma mesma organização; e, por outro, na não definição do significado da palavra “cooperação”, substituída, em alguns casos, pela palavra “colaboração”.

Para isso, a incongruência na definição do significado do termo cooperação no âmbito das relações internacionais, a autora aponta a necessidade de acionar outras áreas de conhecimento para um possível diálogo na compreensão do conceito. Isto é, buscar em outras áreas a definição de cooperação de forma genérica. Outrossim, a autora problematiza a forma como as relações são feitas no processo da CSS. Para

[...]ser fundamental, como ponto de partida, resgatar as dimensões elementares a dinâmicas de cooperação em geral que, como vimos, só podem ser enquadradas enquanto tais se os seus resultados forem considerados satisfatórios por ambas as partes (Leite, 2012, p. 8).

A internacionalista angolana, Lino (2022), percebe que, quando se trata de cooperação, se refere ao processo de ação conjunta ou compartilhada entre dois ou mais atores, podendo esta ser uma cooperação entre pessoas ou instituições. Entretanto, para ela, o ponto fulcral de ação de cooperar está atrelado a objetivos comuns entre as partes que cooperam. No âmbito internacional, a dita cooperação internacional seria então o processo pelo qual os atores (países e organizações internacionais) se aproximam visando fornecer assistência intergovernamental ou intraorganizacional, perspectivando iniciativas que valorizam o bem-estar do povo (Lino, 2022).

Dentro desse quadro, se a cooperação internacional visa estabelecer relação entre dois países ou mais com os mesmos objetivos, a CSS não vai fugir dessa lógica. Entretanto, o diferencial consiste numa relação que envolve os interesses dos países considerados em desenvolvimento. Nesse sentido, prima-se no fomento de intercâmbio, que pode ser econômico, cultural, político, transferência de tecnologia, isto é, processo de autossuficiência entre os países do Sul global no quadro de desenvolvimento de tecnologias para mudanças sociais.

Neste contexto da dinâmica Sul-Sul, uma das ideias que sobressai entre os países parte do pressuposto que valorizam a igualdade entre as nações no processo da cooperação. Muito embora essa percepção, é possível observar que existem alguns países que se destacam em

detrimento de outros. Entre os que se destacam, pode-se fazer menção dos países que compõem os BRICS.

A concepção de igualdade entre as nações como um dos princípios da CSS é questionada por vários autores, tais como Piseta (2019) e Lino (2022). Visto que, a partir de uma visão realista, há sempre aqueles países que se apresentam melhores economicamente e politicamente do que outros, e seus interesses sempre se sobrepõem sobre aqueles que se encontram em condições desfavorecidas. Ademais, pode-se verificar a forma como a China se relaciona e/ou coopera com os países africanos. O que se observa é que quase todos os países africanos têm dívidas avultadas para com a China.

Essa percepção permite questionar até que ponto as desigualdades entre as nações na CSS são observadas. Uma vez que, no processo da constituição da promoção de ações, observa-se que são privilegiados aqueles atores emergentes dentro da cooperação, tal como se pode ver no quadro 2.

**Quadro 2** - Contexto histórico e alguns princípios da CSS

<b>Cooperação Sul-Sul</b>	
Marco geopolítico de surgimento	Guerra fria (1960s) – etapa de bipolarismo flexível
Lógica do surgimento	Terceiromundista – “consciência do Sul”
Definição adotada	Sem consenso, mas prevalece a cooperação técnica entre países em desenvolvimento (CTPD)
Composição majoritária	Assistência técnica
Atores que promovem	Países em desenvolvimento, principalmente emergentes
Média de volume anual (2008-2016)	Não é mensurado em volume de dinheiro doado
Agenda política	Reforma da ordem internacional e do sistema econômico mundial

Fonte: adaptado de Piseta (2019).

No Quadro 1, é possível constatar que existe uma necessidade entre os países de realizar a cooperação a partir de um viés que valoriza a horizontalidade na relação; entretanto, o quinto tópico da tabela deixa brechas. Isto é, a partir do momento que realça “principalmente” os atores que podem promover a CSS, ou seja, aqueles países emergentes. Para tanto, entende-se aqui

que existe uma hierarquização entre os países. Em outras palavras, há uma hierarquia intrinsecamente ligada ao modo de se relacionar entre os países na CSS, que se diferencia minimamente da Cooperação Norte-Sul (CNS). De um lado, tem-se uma cooperação que valoriza as experiências locais (CSS); do outro, observa-se aquela que hierarquiza a partir das experiências importadas (CNS).

Por isso, é possível observar países como China e Brasil sendo vistos como aqueles que determinam o destino da CSS. Essa afirmação pode ser sustentada por dois motivos: a) o soft power de ambos os países evidencia a maneira como se relacionam com outros países nas suas respectivas regiões. Neste sentido, de um lado, está a China com a sua influência na Ásia, manifestando-se como gigante asiático; do outro, vem-se o Brasil na América Latina como ator mais influente na região; b) finalmente, os dois países, a partir das lentes pragmáticas ou da práxis da CSS, ambos são vistos como maiores “doadores”.

Lopes em companhia de seus colegas de pesquisa (2013, p. 82), entendem que,

O processo de reaproximação da África com a República Popular da China (RPC) por meio do FOCAC refletiu-se, em aumentos na corrente comercial, no volume de investimentos e na provisão de recursos de ajuda por parte da China. Deste modo, com os ganhos econômicos, as oportunidades oferecidas e o tratamento diplomático não intervencionista, a parceria com a China tornou-se cada vez mais relevante para muitos países africanos.

A China, além de cooperar com países de outros continentes, é atualmente o país que tem relações quase com todos os países africanos no âmbito da CSS. Isto é, no setor das infraestruturas, onde o seu apoio tem sido indispensável na edificação de infraestrutura em muitos países africanos (em especial, pode-se citar Angola e Moçambique, depois dos conflitos armados nestes territórios), e, conseqüentemente, esses países acabam sendo reféns da China com dívidas involutadas (Pautasso, 2009; 2010; Leite, 2011; Infande, 2020; Lino, 2022).

Milani (2012) apresenta uma perspectiva interessante quanto à compreensão da formulação da CSS. Para ele, é fundamental que os países que desenvolvem a CSS se atentem aos possíveis riscos relativamente àquilo que seria a forma como estes se relacionam a partir da perspectiva da CSS. Caso contrário, acabariam sendo meros reprodutores, ou seja, repetidores de modelos de cooperações que eles tanto criticam, isto é, a Cooperação Norte-Sul (CNS).

Neste sentido Milani aponta (2012, p. 213),

É evidente que a CSS deve ser pensada à luz do legado histórico do ativismo multilateral dos países em desenvolvimento (G-77, nova ordem econômica internacional, não alinhamento), dos processos de transformação do sistema internacional desde os anos 1990, mas igualmente em função das necessidades de

ajuste por que passa o capitalismo (com as crises de meados dos anos 1990, na periferia do sistema, e a partir de 2007, no seu centro). No entanto, diferenciar CSS de CNS implica, metodologicamente, ir além da análise das promessas e dos discursos dos governos dos países em desenvolvimento, das denúncias e propostas de parcerias dos atores não governamentais. Implica conhecer a realidade dos países em que os projetos de CSS estejam em curso, pensar seus impactos também na perspectiva do “outro” que é beneficiário da cooperação prestada, ou seja, do moçambicano, do angolano, do haitiano etc.

Países como África do Sul, Brasil e outros passam a desempenhar um papel fundamental na CSS, visto que adquirem “status” de também doadores à medida que estendem as suas influências no cenário internacional de cooperação a nível doméstico ou regional. Aqui onde se observa o cuidado no qual Milani (2012) tem quanto à reprodução do modelo CNS. Uma vez que "saem da condição de beneficiários" e passam a ser doadores, torna-se fundamental que a cooperação se pautem pela consideração de diferentes realidades no âmbito próprio da CSS.

Dito isso, é nessa perspectiva, a partir de uma observação autocrítica e reflexiva, que se pretende debruçar sobre a CSS nesta proposta investigativa, sem perder de vista as múltiplas dimensões de desenvolvimento e de impactos sociais que constituem o pano de fundo da CSS.

## 6.2 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Considera-se desenvolvimento econômico o processo contínuo que envolve medidas e estratégias para impulsionar o crescimento econômico de um país, região ou comunidade. Os estudos que se debruçam sobre o desenvolvimento econômico apontam que o mesmo está atrelado ao crescimento e progresso de uma economia em termos de produção de bens e serviços, geração de postos de emprego, renda per capita que reflete a realidade da população, melhoria das condições de vida das pessoas e aumento do padrão de vida (Bresser-Pereira, 2006; Piseta, 2019; Lino, 2022).

Para Bresser-Pereira (2006, p. 1),

O desenvolvimento econômico é um fenômeno histórico que passa a ocorrer nos países ou estados-nação que realizam sua revolução capitalista, e se caracteriza pelo aumento sustentado da produtividade ou da renda por habitante, acompanhado por sistemático processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico. Uma vez iniciado, o desenvolvimento econômico tende a ser relativamente automático ou auto-sustentado na medida em que no sistema capitalista os mecanismos de mercado envolvem incentivos para o continuado aumento do estoque de capital e de conhecimentos técnicos.

Bresser-Pereira (2006, p. 1), acrescenta ainda,

Isto não significa, porém, que as taxas de desenvolvimento serão iguais para todos: pelo contrário, variarão substancialmente dependendo da capacidade das nações de utilizarem seus respectivos estados e sua principal instituição econômica, o mercado, para promover o desenvolvimento.

Na concepção de Leite (2012), o “[...] entendimento do desenvolvimento econômico como crescimento da renda nacional, a ser atingido por meio de uma rápida industrialização” tem os seus pressupostos na ideia, de base “[...] a experiência dos países desenvolvidos, e baseando-se em padrões puramente econômicos”. Essa visão de desenvolvimento tem algumas influências no processo de cooperação entre os países membros da CSS. Muito embora a valorização das experiências locais, a rápida industrialização dos países, isto é, o desejo de alcançar o desenvolvimento econômico por intermédio da industrialização, tem sido um dos principais fundamentos no processo de transferências ou trocas de experiências no contexto da CSS (Piseta, 2019).

Dentro desse quadro, aponta-se várias possibilidades teóricas e abordagens para que um país promova o desenvolvimento econômico. Isso pode ser observado entre os autores (Krasner, 1982; Bresser-Pereira, 2006; Lopes; Nascimento; Vadell, 2013; Pautasso, 2009; 2010; 2016; Lino, 2022) que se dedicam em estudos sobre o desenvolvimento. Entre os fatores que contribuem nesse processo conforme os autores, foi possível reter alguns fatores que parecem ser essenciais no processo do desenvolvimento econômico, que se pode destacar:

- ✓ **Infraestrutura:** a adequação das infraestruturas, adequada, implica criar ambiente e condições favoráveis para transporte, energia, comunicação e instalações públicas. Assim sendo, uma infraestrutura desenvolvida possibilita o transporte eficiente de bens e serviços, relações comerciais e atração de investimentos (Lopes; Nascimento; Vadell, 2013).
- ✓ **Educação:** isto é, pensar afincadamente para o desenvolvimento econômico a longo prazo. Um sistema educacional de qualidade proporciona a mão de obra qualificada, formando profissionais com habilidades e conhecimentos necessários para lidar com as mudanças tecnológicas e visando a inovação, perspectivando o empreendedorismo (Leite, 2012; Piseta, 2019).
- ✓ **Investimento em pessoas:** percebe-se como sendo, uma empreitada que visa aprimorar as habilidades e conhecimentos da população através de programas de treinamento que permite desenvolver pensamentos crítico-reflexivos a fim de aumentar a produtividade e a competitividade econômica em vários setores de uma determinada sociedade/país (Piseta, 2019).

- ✓ **Políticas governamentais:** aqui se refere à criação de políticas em forma de leis que envolvem: políticas fiscais, monetárias e reguladoras para a promoção da estabilidade econômica, incentivando o investimento e o empreendedorismo, considerando a inovação e protegem os direitos de propriedade (Krasner, 1982; Pautasso, 2010).
- ✓ **Investimento em pesquisa e desenvolvimento:** quando se almeja um crescimento econômico a longo prazo, é nesses termos que investimentos em pesquisa e desenvolvimento se tornam indispensáveis. Para tanto, investir em pesquisa científica e tecnológica, tanto como efetivar parcerias com as universidades, do setor privado e governamental, são fundamentais para impulsionar a inovação com vista a uma economia mais competitiva (Pautasso, 2010; Piseta, 2019).

Os fatores apontados acima apresentam-se como fundamentais para o desenvolvimento econômico. No mais, existem também outros fatores que podem ser impulsionadores do desenvolvimento econômico, tais como estabilidade política, abertura ao comércio internacional, diversificação da economia, proteção ambiental e promoção da sustentabilidade (Baumann, 2018). Assim, faz-se necessário destacar que o desenvolvimento econômico não está apenas atrelado ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), mas também a um conjunto de ações que impulsionam o desenvolvimento humano, entre as quais têm-se ações que visam à redução da pobreza, acesso à educação e saúde, igualdade de oportunidades e melhoria da qualidade de vida das pessoas. Desse modo, percebe-se que o desenvolvimento econômico está associado com valores civilizatórios inclusivos e sustentáveis, tendo em vista os impactos sociais e ambientais (Piseta, 2019; Lino, 2022).

### 6.3 IMPACTO SOCIAL

Tem-se o entendimento de que o impacto social se associa ao efeito de uma determinada ação, acontecimento ou condição que repercute na sociedade. Para tanto, pode ser considerado positivo ou negativo, o que, por sua vez, pode afetar diferentes aspectos da condição de existência da vida humana, incluindo sua qualidade de vida, bem-estar e as relações entre os indivíduos (Berger; Luckmann, 2003; Cameron; Mishra; Brown, 2016; França; Comini, 2021).

Quando se refere ao impacto social positivo, entende-se como sendo aqueles que podem causar mudanças significativas na comunidade, como a melhoria na qualidade da educação, o acesso de todos os cidadãos a serviços básicos, a erradicação da pobreza, a promoção da igualdade de gênero e o reforço da estabilidade e coesão social entre os indivíduos. Ao passo

que o impacto social negativo se atrela a situações que geram efeitos nefastos numa determinada sociedade. Quanto a isso, podem-se incluir as desigualdades econômicas, a violência de gênero, a discriminação, a exclusão social e a destruição do meio ambiente (França; Comini, 2021).

Segundo França e Comini (2021, p.1),

O impacto social está também no centro de muitos debates que envolvem organizações públicas e privadas, assim como aquelas que combinam elementos de ambos os setores. Mais que isso, as noções de impacto social influenciam como essas organizações desenham suas missões, seus modelos de negócios, projetos e processos de avaliação.

Dessa forma, o impacto social fornece duas dimensões interpretativas. De um lado, constitui-se como ferramenta de estabelecimento das relações entre duas ou mais organizações; por outro, serve de métrica para avaliar os processos e as dinâmicas na articulação da relação. Por isso, dentro do processo da compreensão da relevância do impacto social, "[...] as diferenças no processo de significação do impacto social influenciam a forma como os problemas sociais são compreendidos, bem como o desenho de soluções e, conseqüentemente, nas métricas para avaliar tais soluções" (França; Comini, 2021, p. 2).

Apesar da linearidade e do crescimento do uso do termo nos trabalhos acadêmicos, sobretudo nas áreas de Ciências Sociais, da Saúde e do Meio Ambiente, como as autoras acima apontam, as lacunas ainda continuam a existir no processo de formulação do entendimento sobre o significado do impacto social. É importante salientar que as colocações das autoras visam essencialmente a compreensão da pesquisa desenvolvida no setor empresarial e com uma abordagem bibliométrica. Entretanto, muito embora a especificidade de compreensão do impacto social na dimensão empresarial, entende-se que esta perspectiva pode ser tomada também para compreender ou analisar relações bilaterais entre dois países, sobretudo quando se pretende averiguar os reflexos da cooperação entre ambos os países no cotidiano das populações.

Considerando a importância do tema, para França e Comini (2021), o impacto social é uma questão que atualmente tem suscitado debates no seio da academia e nos movimentos sociais. Muito embora haja interesse dos acadêmicos e não acadêmicos na temática, para as autoras existem lacunas no processo das evidências sobre como os pesquisadores e a sociedade civil lidam com os resultados do impacto social. Ou ainda, quais são os parâmetros que fazem com que entendam que estão diante do impacto social.

Em outras palavras, a agenda acadêmica ainda não estabelece mecanismos sólidos no que diz respeito a debates profundos sobre como são evidenciados o alcance do impacto social.

É nesse contexto que, ao longo da investigação, as autoras conseguem demonstrar através da literatura três possíveis formas e/ou classificações para se perceber o impacto social academicamente: "impacto social como uma força dinâmica; impacto social como um efeito colateral do desenvolvimento; e impacto social como uma métrica de desempenho" (França; Comini, 2021, s/p).

Neste sentido, tem-se o entendimento de considerar o desenvolvimento como a expressão do bem-estar social, o que significa dizer que, à medida em que qualquer sociedade se destaca rumo ao desenvolvimento, os seus resultados impactantes são manifestos socialmente. Em outras palavras, para França e Comini (2021), o desempenho do desenvolvimento em muitos casos é visto pela forma como impacta socialmente.

Para Silva e Araújo (2014), mensurar o impacto nas Ciências Sociais não é uma atividade simples. Isso ocorre porque o impacto nem sempre se traduz em perspectivas concebíveis a partir da forma real. Ou seja, o impacto nem sempre é tangível na concepção de uma determinada realidade social.

Por isso as autoras Silva e Araújo (2014, p. 336) falam que:

Os “impactos da ciência”, o “impacto das investigações e das produções científicas”, “o impacto social e científico da investigação”, constituem algumas das expressões recorrentemente utilizadas na inscrição do debate acerca da necessidade de avaliar os efeitos do investimento em ciência, sobretudo no que respeita às dimensões económica e social.

Pensar o conceito de impacto social como uma forma de avaliar a projeção da CSS torna-se ainda mais complexo quando atrelados à perspectiva do crescimento económico e social da população. Visto que, em muitos casos, as supostas ajudas não chegam a beneficiar os projetos destinados. Ou seja, quando observada a cooperação, por exemplo, entre países africanos e a China, constata-se que os beneficiários dessa cooperação são as elites desses países ao invés da população em geral (Mendes, 2010).

Na concepção de Mendes (2010, p. 43),

Outra das características da presença chinesa na África e na América Latina é o facto de Pequim estabelecer um relacionamento direto com as elites como forma de assegurar os seus interesses. Assim, a análise do impacto da cooperação Sul-Sul nestas regiões tem de considerar dois grupos genéricos: os líderes e as populações. O relacionamento poderia ser muito mais vantajoso se os parceiros chineses estabelecessem condições, nomeadamente acordos justos e uma gestão adequada dos capitais gerados. Grande parte dos benefícios resultantes do envolvimento chinês vão diretamente para as elites e não para as populações, não apenas porque se trata de governos centralizadores e corruptos (principalmente no caso africano) mas porque a

China leva a sua própria mão-de-obra e invade os mercados locais com produtos baratos, levando à falência muitas fábricas e agravando o desemprego.

Assim sendo, a partir desta proposta de pesquisa pretende-se investigar como a cooperação Sino-angolano refletem e impactam a sociedade angolana.

## **7 METODOLOGIA**

De acordo com Gil (2002, p. 33), a pesquisa é um "conjunto de atividades que têm por finalidade a descoberta de novos conhecimentos no domínio científico, literário, artístico, entre outros, e é racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar resposta aos problemas propostos". Dito isso, esta proposta investigativa adota a abordagem metodológica da pesquisa qualitativa. Assim sendo, o método de análise e de interpretação que será usado é o estudo de caso. Para tanto, considerando que as leituras e fichamentos/resumos de textos são técnicas obrigatórias na pesquisa científica, esta proposta pretende seguir estes passos, isto é, para a coleta de dados e sistematização da pesquisa utilizar-se-á as técnicas supracitadas.

### **7.1 ABORDAGEM QUALITATIVA**

Na literatura científica, a pesquisa qualitativa é vista como aquela que estuda e analisa os fenômenos sociais a partir da lente não quantificável. Em outras palavras, as pesquisas no crivo da abordagem qualitativa, a sua validação não passa necessariamente por dados numéricos, ou seja, para o investigador apurar os fatos precisa se munir de capacidades e conhecimentos que lhe permitam analisar minuciosamente as ações dos indivíduos numa determinada sociedade (Lakatos; Marconi, 2003; Creswell, 2007).

Na literatura científica, a pesquisa qualitativa é vista como aquela que estuda e analisa os fenômenos sociais a partir da lente não quantificável. Em outras palavras, as pesquisas no crivo da abordagem qualitativa, a sua validação não passa necessariamente por dados numéricos. Ou seja, para o investigador apurar os fatos, precisa se munir de capacidades e conhecimentos que lhe permitam analisar minuciosamente as ações dos indivíduos numa determinada sociedade (Lakatos; Marconi, 2003; Creswell, 2007).

## 7.2 ESTUDO DE CASO NA INTERPRETAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Essa abordagem está mais preocupada na compreensão do significado e sentido que o indivíduo ou grupo de indivíduos e organizações governamentais ou não governamentais dão a um ou mais fenômenos sociais. Percebe-se que para esse tipo de abordagem, captar a dimensão dos sentidos atribuídos cognitivamente na compreensão de tais fenômenos é indispensável (Creswell, 2007).

A qualidade da investigação em muitos casos depende de caminhos atrelados no processo de sua construção. Diante disso, a escolha do método interpretativo e analítico é fundamental. Uma vez que, através do método o investigador consegue chegar ao resultado da investigação. Outrossim, o método capacita o pesquisador na sistematização dos dados coletados. Dessa forma, Creswell (2007), fala que o processo de análise e interpretação de dados é uma tarefa que requer do pesquisador a capacidade de retirar informações contidas nos dados que podem ser em forma de textos ou imagens. Para isso, o conhecimento de método neste processo é de suma importância.

Para Meirinhos e Osório (2010), o estudo de caso é uma proposta interpretativa e analítica que se dispõe a estudar questões concretas e abstratas. Por um lado, observam-se questões definidas que podem ser palpáveis ou do plano material da existência (concretas). Por outro, problemas que não se podem observar naturalmente, isto é, aqueles que não são definidos ou dados aos olhos nus, como o processo de tomada de decisão, um programa, entre outros.

Posto isso, no entendimento de Godoy (1995), o estudo de caso manifesta-se na análise de forma aprofundada de uma determinada unidade. Consiste em buscar fazer exame de casos particulares detalhadamente para então extrair dele as propriedades inerentes à investigação.

**8 CRONOGRAMA**

<b>Atividades</b>	<b>2024</b>		<b>2025</b>		<b>2026</b>	
	1º sem.	2º Sem.	3º Sem.	4º Sem.	5º Sem.	6º Sem.
Aulas presenciais	X	X	X	X	X	X
Seleção da bibliografia	X	X	X			
Leituras e fichamento de textos	X	X	X	X		
Análise e interpretação dos dados		X	X	X	X	X
Redação da monografia			X	X	X	X
Defesa						X

## REFERÊNCIAS

- BAUMANN, Renato. O BRICS: desafios para o Brasil. **Política externa brasileira em debate: dimensões e estratégias de inserção internacional no pós-crise de 2008**, p. 179, 2018.
- BERGER, Peter L; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**: tratado de sociologia do conhecimento. 23. ed. Petrópolis: Vozes, 2003
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. **Fundação Getúlio Vargas**, 2006. Disponível em: <https://www.bresserpereira.org.br/papers/2006/06.7-ConceitoHistoricoDesenvolvimento.pdf>. Acesso em: 06 out. 2023.
- CAMERON, Drew B.; MISHRA, Anjini; BROWN, Annette N. The growth of impact evaluation for international development: how much have we learned?. **Journal of Development Effectiveness**, v. 8, n. 1, p. 1-21, 2016.
- CORKIN, Lucy. China and Angola: strategic partnership or marriage of convenience? **Angola Brief**, v. 1, n. 1, 2011. Disponível em: <https://www.cmi.no/publications/file/3938-china-and-angola-strategic-partnership-or-marriage.pdf>. Acesso em 12 set. 2023.
- CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. Artmed. trad. Luciana de Oliveira da Rocha. 2. ed. Porto Alegre. 2007.
- DO CARMO, Catarina Raminhos. **Modo Angola: o impacto da intervenção da China no desenvolvimento socioeconômico de Angola**. 2013. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa (Portugal).
- GARRIDO, Kássia Dara Leal Guedes. **Relação China-Angola: Desenvolvimento socioeconômico pós-guerra civil e os impactos positivos e negativos da relação sino-angolana**. 60 f. Monografia (Graduação) - Curso de Graduação presencial em Administração Pública, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas- (ICSA). Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, Redenção-Ceará, 2021.
- GODOY, Arilda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de empresas**, v. 35, p. 20-29, 1995.
- FRANÇA, Nadir; COMINI, Graziella Maria. A construção do significado de impacto social por investidores de impacto e empreendedores sociais brasileiros. **Anais**, 2021.
- INFANDE, Beto. Relações econômicas e comerciais entre a China e o continente africano: o caso da Guiné-Bissau na área de infraestrutura. 2020. 23 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) - **Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira**, São Francisco do Conde, 2020.
- KRASNER, Stephen D. Structural Causes and Regime Consequences: Regimes as Intervening Variables. **International Organization**, v. 36, n. 2, pp. 185-205. 1982.

LEITE, Iara Costa. *Cooperação Sul-Sul: Conceito, História e Marcos Interpretativos. Observatório Político Sul-Americano (IESP/UERJ)*. 2012.

LEITE, Patrícia Soares. **O Brasil e a operação Sul-Sul em três momentos: os governos Jânio Quadros/João Goulart, Ernesto Geizel e Luiz Inácio Lula da Silva**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. f. 228.

LINO, Paula Celeste da Silva. **Cooperação China-Angola: o estudo de caso da ferrovia de Benguela**. Monografia (graduação) - Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, 2022.

LOPES, Bárbara F.; NASCIMENTO, Daniele C.; VADELL, Javier A. FOCAC: estratégia econômica e política de cooperação Sul-Sul sino-africana. **Carta Internacional**, [S. l.], v. 8, n.2, p. 81-99, 2013. Disponível em: <https://www.cartainternacional.abri.org.br/Carta/article/view/110>. Acesso em: 02 out. 2023.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MENDES, Carmen Amado. A China e a cooperação Sul-Sul. **Relações Internacionais**, n. 26, p. 39-46, 2010.

MEIRINHOS, Manuel; OSÓRIO, António. O estudo de caso como estratégia de investigação em educação. **EduSer**, v. 2, n. 2, 2010.

MILANI, Carlos RS. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. **Caderno Crh**, v. 25, p. 211-231, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. (In.): **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Maria Cecília de Souza Minayo; Suely Ferreira Deslandes; Romeu Gomes (Org.). 6. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Trabalho de campo: contexto de observação, interação e descoberta. (In.): **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Maria Cecília de Souza Minayo; Suely Ferreira Deslandes; Romeu Gomes (Org.). 6. ed. Petrópolis, RJ : Vozes, 2007.

MONTENEGRO, Renan Holanda; CUMARÚ, João Ricardo. A presença da china na África: uma proposta interpretativa entre a Economia Política Internacional e a Análise de Política Externa. **REALIS**. v.11, n. 02, Jul-Dez. 2021.

NZOVO, Tiago Bassika, A presença chinesa na reconstrução de Luanda, **Anais do I seminário internacional história do tempo presente**, Florianópolis, 2011. Disponível em: <https://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/346/268>. Acesso em: 06 de Julho 2023.

PAUTASSO, Diego. O papel da África na nova rota da seda marítima. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 124-136, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbea/article/view/67028>. Acesso em: 20 set. 2023.

PAUTASSO, Diego. “Economia Política Internacional da China para Angola e os caminhos da transição sistêmica”, **Século XXI**, Porto Alegre, Vol. 1, Nº 1, jan. Dez. 2010.

PAUTASSO, Diego. “Relações econômicas internacionais entre China e Angola”. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Escola Superior de Propaganda e Marketing – ESPM. 2009.

PISETA, Ivan. Cooperação Sul-Sul para o Desenvolvimento: independência ou complementaridade? **politize**, 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/cooperacao-sul-sul-para-o-desenvolvimento-independencia-ou-complementariedade/>. Acesso em: 02 out. 2023.

SILVA, Sílvia; ARAÚJO, Emília. Medir o impacto nas Ciências Sociais: pontos de referência teóricos. **Holos**, v. 4, p. 334-343, 2014.